

## OS CONTOS DE AIA DE MARGARETH ATWOOD

### MARGARETH ATWOOD'S AIA'S TALES

Fernanda Eméri Mokfa Matitz Celuppi<sup>1</sup>

**Resumo:** Os contos de Aia de Margareth Atwood (1985) é uma crítica feminista futurista que usa da sátira para apresentar o “perigo” que o feminismo radical pode causar ao fornecer elementos para o extremismo do patriarcado se apropriar da luta feminista, como aconteceu com a sociedade gileadana. A essência da desigualdade é a noção misantrópica misógina no caso das mulheres - de que algumas são intrinsecamente mais dignas do que outras, portanto, justamente pertencem acima de eles, por causa do grupo do qual eles são (ou são percebidos como) um membro. A substância de cada desigualdade, daí o domínio em que opera como hierarquia, é distinta para cada um, mas é a hierarquia que a torna uma desigualdade. A hierarquia de gênero é o sistema social transnacional da masculinidade sobre a feminilidade que torna os homens sobre as mulheres baseados na mentira da superioridade masculina. Inerentemente, a igualdade é relacional e comparativa. A crítica ao sistema patriarcal e ao próprio movimento feminista estabelecido pela autora é uma necessidade para evitar sociedades distópicas como a República de Gilead. Por fim, discute-se também a estratégia adotada de silenciamento do

---

<sup>1</sup> Professora de Literatura no Ensino Fundamental

outro, dentro da perspectiva de David Le Breton (1997).

**Palavras-chave:** Gênero. Feminismo. Margareth Atwood.

**Abstract:** Margareth Atwood's *Tales of Aia* (1985) is a futuristic feminist critique that uses satire to present the "danger" that radical feminism can pose by providing elements for patriarchal extremism to appropriate the feminist struggle, as it did with the Gileadan society. The essence of inequality is the misanthropic misogynist notion in the case of women - that some are intrinsically more worthy than others and therefore rightly belong above them because of the group of which they are (or are perceived to be) a member. The substance of each inequality, hence the domain in which it operates as a hierarchy, is different for each, but it

is the hierarchy that makes it an inequality. The gender hierarchy is the transnational social system of masculinity over femininity that makes men over women based on the lie of male superiority. Inherently, equality is relational and comparative. The critique of the patriarchal system and the feminist movement established by the author is a necessity to avoid dystopian societies such as the Republic of Gilead. Finally, the adopted strategy of silencing the other is also discussed, within the perspective of David Le Breton (1997).

**Keywords:** Gender. Feminism. Margaret Atwood.

### Introdução

Mesmo em nossa sociedade contemporânea homens e mulheres estão longe de exer-

cerem direitos iguais, a discriminação social, política e econômica baseada no gênero ainda existe, assim como, existem vários países onde as mulheres são oprimidas e discriminadas sistematicamente pelo regime. Só recentemente, em 24 de junho de 2018, a Arábia Saudita promulgou uma lei que anulou a proibição de mulheres dirigirem. Assim, os movimentos feministas são de grande importância para finalmente alcançar a igualdade entre os sexos.

No entanto, em nossa sociedade atual existem dois extremos e ambos representam perigo para essa equalização. Por um lado, há pessoas que ainda não levam a sério o feminismo e a igualdade de gênero e até mesmo anulam essas mudanças sociais. Isso leva à necessidade de examinar o feminismo e a crítica feminista na literatura para

conscientizar que as mulheres são seres individuais e sua objetivação deve ser deplorável. Por outro lado, o feminismo radical com crenças radicais para criar uma “utopia feminina” pode acabar sendo usado por organizações antifeministas ou mesmo regimes para seus próprios propósitos. Por isso, é importante examinar como as tendências feministas atuais são criticadas na literatura, mostrando o que elas podem levar.

Este artigo apresenta uma crítica de gênero aos contos de Aia de Margareth Atwood, analisando como o Silêncio das aias são uma distopia feminista que fornece crítica feminista através da representação da opressão das mulheres e sua exibição como “Outros” na sociedade patriarcal Gilead. Através da obra da autora é possível estabelecer uma crítica simultaneamente em relação

as tendências feministas atuais através da sátira para aumentar a conscientização de como sonhos feministas utópicos radicais podem acabar em distopias.

Para abordar esse tema, recorre-se a uma análise da presente desigualdade das mulheres na sociedade, para isso é imprescindível apresentar o mecanismo do patriarcado e a exibição das mulheres como “Outros”, tendo como pano de fundo a obra de Margareth Atwood.

## **2. Gêneros Literários e Feminismo na Literatura: Análise do contexto de Contos de Aia**

Contos de Aia de Margareth Atwood pode ser analisada dentro do conceito de utopia e distopia no contexto literário, mesmo que trate da caracterização do feminismo, bem como da crítica feminista.

Atwood imagina um retrocesso tecnológico. Pode-se imaginar que os patentes interesses patriarcais a que, nessa obra, o uso das mulheres como incubadoras humanas serve, pode também perpassar, embora que ainda de forma mascarada, as biotecnologias em reprodução humana assistida que vêm se desenvolvendo cada vez mais na contemporaneidade (DEPLAGNE; CAVALCANTE, 2019, p. 107).

A utopia e a distopia podem ser analisadas a partir do contexto do Estado fundamentalista cristão, a República de Gilead (onde se desenrola a história). Antes do golpe de Estado, que nasce das consequências do feminismo radical, havia um problema sério, no atual EUA de



taxa de natalidade, em decorrência de fatores próprios a distopias, como acidentes nucleares, poluição química etc.

No cenário dantesco da república de Gilead, o estupro é meio de reprodução. As Aias são forçadas a terem relações sexuais em uma cerimônia, na presença das esposas dos comandantes e homens poderosos do regime. As esposas que antes do golpe exerciam atividades profissionais, até mesmo lutavam pelos direitos das mulheres passam a ser impedidas até mesmo de ler e escrever.

No pesadelo feminista em que se traduz essa República, a leitura e a escrita estão proscritas para todas as mulheres, incluindo as Esposas dos Comandantes. No entanto, é inegável que a opressão atinge mais acirradamente as Aias, que perdem o direito ao próprio

nome, passando a ser designadas como propriedade dos seus senhores (DEPLAGNE; CAVALCANTE, 2019, p. 108).

Utopia e distopia são gêneros literários que compartilham o significado de um lugar não existente. Representam sociedades fictícias e não existentes, portanto são escritos ficcionais e formas imaginadas. Por essa razão, Atwood descreve escrever sobre aqueles como escrever sobre o céu e o inferno (PARUCKER, 2019).

Uma sociedade utópica que têm uma busca pela sociedade ideal e representam um ideal de modo de vida político e social, adotados pelo feminismo extremista que almeja inverter a opressão masculina pela opressão feminina é palco para o nascimento de uma sociedade distó-

pica como a República de Gilead.

Em contraste com a utopia, a distopia significa lugar ruim ou lugar perverso, que em Contos de Aia representam um mundo imaginário muito desagradável no qual tendências sinistras de nossa atual ordem social, política e tecnológica são projetadas em uma culminação futura desastrosa. Isso significa que a vida em sociedades fictícias distópicas é muito dura e desagradável devido a várias circunstâncias em todas as áreas da vida.

### **2.1. Características da República de Gilead**

A República de Gilead se caracteriza como um lugar imaginado e não existentes onde a vida está longe de ser ideal, mas bastante miserável em razão de terríveis condições de vida para as mulheres. Antes

de chegar à questão que elementos transformam a sociedade em Contos de Aia em uma distopia, é importante notar que a utopia de um homem é distopia de outro homem, como o comandante diz em determinado momento para Offred dizendo que “Melhor nunca significa melhor para todos [...]. Sempre significa pior para alguns” (ATWOOD, 2017, p. 211). Isso significa que nem todos sofrem em uma distopia, mas sim a maior parte da população e não apenas “alguns” como afirma o Comandante.

A sociedade fictícia distópica que existe em Contos de Aia é um regime totalitário, chamado República de Gilead. É um estado imaginado e inexistente que substitui os Estados Unidos e onde a vida é avarento, capaz de grande parte da população, como o Estado governa por meio de um sistema de medo e exibição.

Por exemplo, há enforcements públicos e mutilações, com essas práticas o sistema conscientiza continuamente as pessoas de que elas melhor obedeceriam à lei e honrariam o Estado seguindo suas práticas e tradições obedientemente porque se não o fizessem, acabariam as mesmas. Assim, Gilead corresponde à definição de uma sociedade fictícia distópica como sendo um “lugar ruim”.

Além disso, Gilead representa o desastroso futuro culminante de uma sociedade que enfrenta os problemas com lavouras, abortos e deformidades genéticas (ATWOOD, 2017, p. 304) devido a vários acidentes com usinas nucleares, paralisações e incidentes de sabotagem, assim como, de vazamentos de estoques químicos e de guerra biológica e locais de descarte de resíduos tóxicos e, assim, cumpre

o critério de conter a catástrofe.

Na sociedade gileadana o controle estatal desempenha um papel enorme que é característica das sociedades ficcionais distópicas e do regime totalitário que o Estado representa. Portanto, o romance é uma exposição da política de poder. Gilead é um estado policial, com os movimentos e atividades de seus cidadãos monitorados e controlados de perto. Os exemplos de controle são os chamados “Anjos” que são, como Offred descreve, “objetos de medo”(ATWOOD, 2017, p. 4). São soldados ou representantes políticos que patrulham fora do “Centro Vermelho” (ATWOOD, 2017, p. 4). Além disso, há os “Olhos” que trabalham como a força de vigilância do sistema político, eles vão disfarçados para espionar a população, na maioria dos casos sobre as Aias, porque eles são mais importantes para o ob-

jetivo da sociedade de aumentar a taxa de natalidade.

Outra coisa que é controlada na República de Gilead é o sexo que é característico de uma sociedade fictícia distópica. Como tudo em Gilead é sobre reprodução, sexo é apenas uma ferramenta para os propósitos do regime. É regulamentado por lei que uma vez por mês tem que haver uma cerimônia de impregnação para engravidar a Aia preocupada e como seu consentimento não é necessário e sua única escolha é entre se inscrever para isso e ser enviado para as colônias, esta cerimônia é ritualizada e estupro sancionado pelo Estado (ATWOOD, 2017).

Igualmente importante é que ficções distópicas fornecem perspectivas sobre práticas sociais e políticas problemáticas e, portanto, mostram o que essas práticas extremistas podem levar

no futuro. Em relação a isso, um objetivo geral da literatura distópica é a crítica da sociedade atual através de diferentes formas de sua exibição.

A literatura distópica geralmente também constitui uma crítica às condições sociais ou sistemas políticos existentes, seja através do exame crítico das premissas utópicas sobre as quais essas condições e sistemas se baseiam ou através da extensão imaginativa dessas condições e sistemas em diferentes contextos que revelam mais claramente suas falhas e contradições. Outro critério é que na República de Gilead tudo tem que ser deliberadamente arranjado. Isso se refere às coisas como dinheiro e bens materiais, roupas, sexo e poder; e sua distribuição desequilibrada e desfavorecida (AZEVEDO, 2015).

## 2.2. Distopias Feministas e Crítica Feminista

Antes que seja possível identificar quais obras literárias podem ser contadas como distopias feministas, é importante identificar o que significa “feminista” e com as questões que as feministas se debruçam em primeiro lugar. Em primeiro lugar, importante definir que feminista é uma posição política que pode ser colocada em pé de igualdade com o desejo das mulheres de serem iguais aos homens e que luta contra a ideia antiquada de mulheres serem subordinadas aos homens (OLIVEIRA, 2021).

Além disso, a luta feminista trás temas de discriminação social, econômica e política e, portanto, tem por objetivo a independência e autonomia das mulheres. Nessa correlação, outra característica da literatura

feminista é que a diferença de gênero é a base de uma desigualdade estrutural entre mulheres e homens, pela qual as mulheres sofrem sistemática injustiça social. Além disso, a construção cultural das mulheres, a questão da identidade e representação das mulheres tornaram-se questões dominantes da teoria feminista e da ficção (SOUZA, 2021).

Em Contos de Aia todos esses objetivos do feminismo se invertem, portanto, muitas vezes há sociedades patriarcais onde as mulheres são subordinadas aos homens e oprimidas por elas e pelo regime. Além disso, como as feministas estão preocupadas com a identidade das mulheres, isso é tema também em sociedades fictícias distópicas. Na maioria dos casos, as mulheres são arrancadas de suas identidades e são objetificadas (PARUCKER, 2019).

Verifica-se que Margareth Atwood traz críticas feministas ao mesmo tempo quando aponta o problema da mentalidade, em decorrência da desigualdade das mulheres, que mostra tanto homens como mulheres perpetuando a desigualdade de gênero. Nota-se aí o mecanismo do patriarcado, que não só lida com a desigualdade e os patriarcas das mulheres, mas também com a exposição das mulheres como “Outros”.

Para reunir as vertentes da discussão juntos, distopias feministas e a crítica feminista intimamente ligada lidam com ansiedades feministas sobre dominação masculina e exploração sexual que sempre atormentaram as mulheres se tornando realidade, e, portanto, temas-chave da escrita distópica feminista que incluem sexualidade, reprodução, desigualdade econômica e

social, assim como, a forte presença do totalitarismo patriarcal (PARUCKER, 2019).

### 2.3. A força do patriarcado

A história nos revela que cada fase da humanidade se revestiu de características próprias delineando determinados e diferentes conceitos de família, onde as influências do tempo, do meio social e da moral de cada época contribuíram para que os conceitos se modificassem (BOURDIEU, 2002).

Nos tempos atuais, as sociedades ocidentais estão profundamente marcadas pela manipulação tecnicocientífica e voltadas para uma revolução de ideias e costumes, com a participação da mulher no circuito econômico, concorrendo cada vez mais em igualdade de condições com o homem. Neste sentido, a

mulher moderna adquire certa liberalidade na prática de seus atos e uma conseqüente autonomia na escolha de seu parceiro e a melhor forma de constituir sua família (DEPLAGNE; CAVALCANTE, 2019).

Pesquisas apontam que o desejo individual da mulher de desenvolver suas potencialidades como ser humano e de também assumir responsabilidades fora do ambiente doméstico foi um fator importante para acelerar as transformações da família.

A divisão do trabalho entre os sexos tem origem nas funções biologicamente distintas do homem e da mulher, mas esses papéis são apenas conseqüências sociais dessas funções. As diferenças de atividades entre o homem e a mulher são diferenças secundárias, adquiridas culturalmente, e não primárias e congênitas (PARUCKER, 2019).

As sociedades sempre tentaram explicar a prescrição de papéis atribuídos ao homem e à mulher com base nas diferenças fisiológicas existentes entre os sexos. Tais fatos podem ter sido o ponto de partida para essas prescrições, mas ficou evidente, à luz do conhecimento moderno, que as prescrições são determinadas exclusivamente pela cultura e têm caráter inegável de objetivo social (DEPLAGNE; CAVALCANTE, 2019).

Inicialmente em “O trabalho histórico da des-historização” Bordieu (1980) convida o leitor a refletir sobre a história humana analisando o papel de cada instituição e sua respectiva formação para verificar como a dominação masculina foi reproduzida. Exemplificando essa afirmativa cita-se a divisão de tarefas no núcleo familiar, a posição da igreja sobre a emancipação femi-

nina, assim como, a estrutura escolar que prioriza, desde sempre, a família patriarcal.

Uma verdadeira compreensão das mudanças sobrevividas, não só na condição das mulheres, como também nas relações entre os sexos, não pode ser esperada, paradoxalmente, a não ser de uma análise das transformações dos mecanismos e das instituições encarregados de garantir a perpetuação da ordem dos gêneros (BOURDIEU, 1980, p.140).

A família com sua organização patriarcal era o centro econômico e político da sociedade e constituía uma força que se antepunha ao Estado. Entre eles havia a Igreja, atuando como uma espécie de intermediária, principalmente através das mu-

lheres que militavam fervorosamente na religião como uma forma de compensar sua condição de inferioridade social. a família é vista como mero aconchego de interesses, muitas das vezes tipicamente econômicos. Se de um lado a família passa a ser vista como um ninho de desenvolvimento espiritual, e não mais tão-somente ponto de convergência econômica, as modificações sociais também abalaram esse novo modelo familiar, o que conduziu esse paradigma familiar a uma crise modelar.

Outra instituição que merece uma cuidadosa análise a parte é o Estado que como ente detentor do modelo patriarcal construiu toda sua estrutura com base no patriarcado o que inclui o direito, sobretudo, o ramo do direito de família. Nas palavras do autor o Estado:

(...) veio ratificar e

reforçar as prescrições e as proscricções do patriarcado privado com as de um patriarcado público, inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência cotidiana da unidade doméstica (BORDIEU, 2002, p. 143).

Chama atenção Bourdieu (2002) para o papel masculino representado pelo Estado por meio de uma divisão arquetípica, ou seja, de um lado a força e a ordem que representa o masculino e de outro a representação dos anseios sociais e vulnerabilidades sociais representadas pelo feminino.

Verifica-se assim que essa reprodução da hierarquia social dos gêneros deveria compor uma análise histórica da condição da mulher, “e isso sem preci-

sar invocar a resistência ou a má vontade masculina ou a responsabilidade das próprias mulheres” (BORDIEU, 2002, p. 145).

As conquistas femininas por intermédio das lutas feministas pela emancipação das mulheres, além dos direitos sociais e trabalhistas que foram conquistados ao longo do tempo que acabam sendo agente de mudanças do Estado e seus principais elementos, como, a família. Os processos de urbanização, industrialização, imigração e aculturação contribuíram de maneira decisiva para as alterações sofridas pela unidade familiar. A urbanização foi o fator mais importante na diminuição da autoridade paterna, na maior participação da mulher nas atividades lucrativas, no maior controle da natalidade, no aumento do número de desquites etc., mas não modificou certas características

feudais, como a tolerância pelo adultério masculino (DEPLAGNE; CAVALCANTE, 2019).

Em “Economia dos bens simbólicos e estratégias de reprodução” Bordieu (2002) mostra que o casamento é a maior estrutura de domínio do homem em relação a mulher, pois além dos elementos simbólicos da relação é no casamento que se encontra a transferência de bens e riqueza que são afeiçoados pela Igreja e pelo ordenamento jurídico. No mesmo tópico, discute-se a sexualidade como estratégia de reprodução.

Na realidade, como organismo natural, a família não se acaba, não se destrói e muito menos está liquidada. No entanto, como instituição social perfaz a sua nova face ao sabor das mudanças sociais. O que existe é uma nova ideia de família e novas formas de sua constituição.

A resposta a essas indagações se encontra na nova impressão da família moderna que se estabelece e se fortalece não mais no argumento da autoridade patriarcal, mas, sobretudo, no sentimento de afetividade recíproca que une seus membros. As pessoas compartilham a cumplicidade e solidariedade familiar, não porque lhes foi imposto pela norma do contrato bilateral, mas porque tal sentimento de afetividade recíproca já se encontra implícito na união entre homens e mulheres com o fim de constituir família (SOUZA, 2021).

O trabalho da mulher fora do lar é desestimulado, sendo exaltado o trabalho no lar, embora não reconhecido como trabalho produtivo. A família tende a se desorganizar, pois o homem não aguenta sozinho todos os encargos econômicos, abandonando a família em incidência espan-

tosa, recaindo inteiramente sobre a mãe a responsabilidade pelos filhos. Com a urbanização e a industrialização, alterou-se o papel da mulher no mundo econômico. Diminuiu a autoridade paterna em relação à escolha do marido para as filhas, as relações entre os sexos se fazendo de forma mais direta. Ao lado do ideal doméstico, surgia a necessidade da educação escolar, contra a qual havia grandes resistências, pois não se cogitava da equiparação da instrução entre homens e mulheres (HEITOR, 2020).

Dando continuidade, o autor passa a analisar outros campos de dominação da mulher no tópico intitulado “a força da estrutura”, nele é possível verificar que tanto a escola, como os meios de comunicação e até mesmo as artes podem responder positivamente ao patriarcado, colocando a mulher em um papel

de submissão e inferioridade. Na literatura, através de sua análise temporal, é possível ver nitidamente como os papéis femininos são retratados, na maioria das vezes, como frágil, dependente e carente de ações masculinas.

#### 2.4. O silenciamento

Há uma instância do silêncio que é reconhecida por um modo particular de operacionalizar o silêncio. Essa instância do silêncio está intimamente ligada ao exercício e manutenção do poder em Gilead. O exercício do poder é marcado pelo domínio da linguagem. É consabido que “a linguagem é poder” (LE BRETON, 1999, p. 78). David Le Breton define a política do silêncio como “[...] o fato de, se certas coisas são próprias para serem ditas, outras são menos, ou nem são, em função das situações e

dos protagonistas” (LE BRETON, 1999, p.20). Em essência, a política do silêncio, para esse autor, trata do controle exercido por um determinado sujeito ou grupo sobre a linguagem.

Esse controle é exercido, com certeza, na comunicação do outro, mas também em si próprio. É justamente desta última forma que Gilead sistematiza seu funcionamento ideológico, transformando as mulheres em parideiras, sem direitos civis, sem propriedade privada, de olhar para a outras aias frente a frente, de falar, de ler e de se reconhecer enquanto mulher no mundo:

Eu costumava pensar em meu corpo como um instrumento de prazer, ou um meio de transporte, ou um implemento para a realização da minha vontade. Eu podia usá-lo para correr, para apertar botões, deste ou daquele

tipo, fazer coisas acontecerem. Havia limites, mas meu corpo era, apesar disso, flexível, único, sólido, parte de mim. Agora a carne se arruma de maneira diferente, sou uma nuvem, congelada ao redor de um objeto central, com o formato de uma pera, que é duro e mais real do que eu e que incandesce vermelho dentro de seu invólucro translúcido. Dentro dele está um espaço, imenso como o céu à noite e curvo como ele, embora negro-avermelhado em vez de negro. Pontos infinitesimais de luz incham, chispam, explodem e murcham dentro dele, incontáveis como estrelas. Todo mês há uma lua, gigantesca, redonda, pesada, um augúrio. Ela transita, se de-

tém, segue em frente e passa, desaparece de vista, e eu vejo o desespero vindo em minha direção como uma grande fome, uma escassez absoluta (ATWOOD, 2017, p. 90-91).

Este apagamento é tão totalizante na forma como se constitui a altura de Gilead, isto é, na recuperação econômica da nação, que faz com que esta seja vista como exemplar para outros países que começam a passar por uma situação similar de alta taxa de mortalidade infantil.

2.5 O ontem, o hoje e o amanhã

Em Contos de Aia é possível fazer uma reflexão sobre a origem do patriarcado e a problemática da questão de gênero, até dentro do próprio gênero e,

o silenciamento como estratégia política. Deixando de lado a ficção da obra, a opressão foi e é realidade na história. Para a mulher branca de classe alta, o casamento era uma questão de conveniência econômica, assim como em o Conto da Aia.

O esforço material de poder sobre o corpo é evidente também nos uniformes cromaticamente codificados que os indivíduos são obrigados a usar de acordo com a casta a que pertencem. Além do significado do vermelho, no qual as Servas têm que se vestir, há uma imposição contundente em termos dos acessórios que devem usar para evitar que sejam olhados, bem como de olhar para os outros. Eles usam amplas capas vermelhas que cobrem todo o corpo, e gorros brancos e capas em suas cabeças. Estes gorros alados escondem seus cabelos, uma marca de sensuali-

dade, cobrem seu rosto e impedem que eles olhem em qualquer outra direção, exceto para baixo.

A materialidade dos capôs disciplina seus corpos através da iteração da prática corporal que resulta de usá-los — olhando para baixo. As asas que emolduram os rostos das Servas forçam o gesto que tradicionalmente corresponde às noções patriarcais de modéstia e como se espera que uma mulher se comporte no espaço público. Qualquer olhar ou olhar desenfreado fora do lugar produz um movimento da cabeça que imediatamente expõe a Aia aos Olhos, outras Aias, Marthas ou contornos ocasionais.

O ser humano se situa de um modo singular e, a mulher não pode querer se situar fora de seu sexo, mas não pode ser obrigatoriamente circunscrita a ele. É com ironia que De Beauvoir (1981, p. 236) afirma:

“[...] Assim como para os antigos havia uma vertical absoluta em relação à qual se definia a oblíqua, há um tipo humano absoluto que é o tipo masculino. A mulher tem ovários, útero [...] eis as condições que a encerram em sua subjetividade [...] O homem, por arrogância, se esquece que também tem hormônios e testículos. Encara seu corpo como uma relação direta e normal com o mundo, que acredita apreender em sua objetividade., ao passo que considera o corpo da mulher - sobrecarregado por tudo o que o especifica - um obstáculo, uma prisão.

Por esses e outros conceitos, durante a longa história, de dominação masculina, as mulheres foram vistas como

utensílios, escravas, amas de leite, ‘objetos’ sexuais, como um mecanismo vantajoso no terreno econômico e social. Ainda hoje é esta a realidade em grande parte do mundo. A cultura é sistema de pensamento e de tecnologia intrinsecamente ligado aos interesses mais gerais dos agrupamentos humanos, que garantem seu controle sobre a natureza, seja esta tida como benéfica ou destruidora (ROSALDO; LAMPHERE, 1979).

A observação da “condição feminina” física, social e psicológica, é usada para considerá-la ligada à natureza e, assim, essa “natureza” acabou impressa nas instituições, nos costumes e nas leis que tratam das relações entre os homens e as mulheres e entre estes e o Estado.

Há povos que criaram sistemas muito rigorosos de diferenciação entre o que é conside-

rado cultura e o que é considerado natureza, e outros que quase não fazem diferença entre o estado cultural e o estado da natureza, pois, na verdade, essas categorias não têm limite no mundo concreto.

As mulheres de classe alta, nos primórdios da sociedade brasileira eram reclusas e sustentadas pelos maridos, assim como, em Contos de Aia. As mulheres de classe pobre não eram reclusas e muitas vezes sustentavam a casa como domésticas, costureiras, lojistas ou mesmo garimpeiras. Um exemplo interessante é o da Câmara de Vila Rica, no início do século XIX, citado por Tito Lívio de Castro, que condenava como imoral a família matrilinear e considerava suas chefes como prostitutas (CASTRO, 1983). Na obra em análise, as mulheres de classe pobre, na melhor opção são as Aia.

A história nos revela que cada fase da humanidade se revestiu de características próprias delineando determinados e diferentes conceitos de família, onde as influências do tempo, do meio social e da moral de cada época contribuíram para que os conceitos se modificassem. Atualmente, a constituição da família não se adapta àquela velha fórmula burguesa, nem tampouco está completamente desagregada ou desprestigiada como querem alguns. Simplesmente se reveste de novas características, na revalorização dos núcleos familiares.

Na sua evolução histórica, a família apresenta, como realidade sociológica, desde a patriarcal romana até a nuclear da sociedade industrial contemporânea, uma íntima ligação com as transformações operadas nos fenômenos sociais (FACHIN, 1999, p. 11). Na realidade, como

organismo natural, a família não se acaba, não se destrói e muito menos está liquidada. No entanto, como instituição social perfaz a sua nova face ao sabor das mudanças sociais. O que existe é uma nova ideia de família e novas formas de sua constituição. Nesse sentido, leciona Caio Mário (1991, p.3):

Há uma concepção nova de família, que se constrói em nossos dias. Fala-se na sua desagregação e no seu desprestígio. Fala-se na crise da família. Não há tal. Um mundo diferente imprime feição moderna à família. Está se transformando aos nossos olhos. Ainda não se podem definir as suas linhas de contorno. Como organismo natural, a família não acaba. Como organismo jurídico, elabora-se a sua nova organização.

A família, enquanto organismo vivo capaz de manipular as pretensões e realizações psicoafetivas dos indivíduos na realização do ser, se transforma e se aprimora, evolui para novas e diferentes formas de constituição, modificando seus padrões de comportamentos na tentativa de se adequar aos novos preceitos mandamentais impostos no convívio social.

Cunha Pereira (1997, p. 18), por sua vez, pergunta: “Será mesmo a família uma organização natural? O que verdadeiramente mantém e assegura a existência da família? Será a lei jurídica associada ao afeto e aos laços de consanguinidade?” A resposta a essas indagações se encontra na nova impressão da família moderna que se estabelece e se fortalece não mais no argumento da autoridade patriarcal, mas, sobretudo, no sentimento de afetividade recíproca que une seus membros. As pessoas compartilham a cumplicidade e solidariedade familiar, não porque lhes foi imposto pela norma do contrato bilateral, mas porque tal sentimento de afetividade recíproca já se encontra implícito na união entre homens e mulheres com o fim de constituir família.

Segundo Barros, para a psicanálise, a família “é uma estrutura psíquica, um lugar onde se atravessa a cultura, onde os valores e ideais são transmitidos pelo discurso, bem como o exercício da autoridade que transmite as regras e os limites” (BARROS, 1997, p. 794). Como visto, o protótipo familiar teve profundas modificações mundo afora e o Brasil acompanhou essas nuances.

Em Gilead, o Estado

tenta disciplinar os corpos e reeducar o olhar, invertendo a moral de um passado religioso puritano, embora haja muita hipocrisia nessa moralidade e piedade. Olhar e ser olhado desencadeia o desejo nas mulheres, principalmente servas, o que é potencialmente prejudicial para as elites governantes, pois implica uma afirmação do eu que é incompatível com o altruísmo exigido de uma Serva. É por isso que considero que o olhar feminino da série é contra hegemônico e implica uma espécie de empoderamento visual.

Percebe-se que o papel social é muito bem delimitado e de pouca mobilidade, o silenciamento é regra. As mulheres não têm qualquer escolha, seja a respeito de como devem agir e se portar, estando isso já estabelecido de acordo com sua casta. São silenciadas e, inclusive, incenti-

vadas a se vigiarem. Tal situação ajuda a manter a ordem política vigente, vez que tira qualquer poderio político das mãos das mulheres, impossibilitando sequer que transformem em ameaça aos “Filhos de Jacó”.

### 3. Considerações Finais

Atwood traz uma discussão sobre a identidade de gênero e o feminismo, explorando a identidade do sistema patriarcal e a de gênero. A obra em análise nesse artigo é um texto distópico de sobrevivência situado no final do século XX na iminência de alcançar a igualdade entre os sexos, o livro retrata a dissolução dos Estados Unidos, resultando em um ódio revigorado às mulheres e aos explosivos crescimento do fundamentalismo religioso (patriarcal).

Esse ódio se concretiza

na força colonizadora da República de Gilead, um regime puritano, reacionário e militarista. Neste futuro, os homens estão fartos de mulheres arrogantes e as colocam de volta em seus lugares. Uma guerra civil é travada para tornar as mulheres maleáveis aos desejos dos homens. Elas devem se submeter aos seus papéis socialmente determinados ou serem vistas como demônios. Esses papéis sociais regressivos são determinados por um sistema de castas que define padrões de comportamento, vestimenta e deveres sociais, eliminando, assim, os indesejáveis problemas obtidos com o avanço do papel da mulher na sociedade.

Conclui-se que os direitos conquistados e a liberdade devem ser vigiados, para não serem perdidos por fundamentalistas. As diferentes formas que a autoridade patriarcal pode to-

mar e suas limitações, bem como a potencialidade das mulheres oprimidas para desafiá-la a fim de decidir sobre seus próprios corpos. A possibilidade das mulheres constitui sua subjetividade através do discurso também é apresentada no romance. Isso é possível através da projeção de tendências presentes no momento da publicação em um futuro distópico, um futuro próximo pós-apocalíptico em que há uma regressão aos valores puritanos possibilitada pela teocracia que governa Gilead como uma suposta solução para a esterilidade e abortos produzidos por doenças e poluição.

As instituições democráticas foram derrubadas pelas elites religioso-econômicas, e o estado de Gilead, que substituiu o que antes eram os Estados Unidos, regula até mesmo as práticas mais íntimas dos cidadãos atra-

vés de uma rede de inteligência e um rígido sistema de castas.

### Referências

ATWOOD, M. O conto da aia. São Paulo: Rocco, 2017.

AZEVEDO, T. T. Das utopias às distopias: o reflexo da idealização utópica em distopias literárias e o diálogo com o totalitarismo. Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo, a experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOURDIEU, P. Permanências e Mudanças. In. A dominação masculina. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DEPLAGNE, L. C.; CAVALCANTE, I. Utopias sonhadas/distopias anunciadas: feminismo, gênero e cultura queer na literatura. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

HEITOR, G. K. Feminismo brasileiro como luta e epistemologia. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, p. 211–218, 14 dez. 2020.

LE BRETON, D. L'adieu au corps. Paris: Métailié, 1999.

MACKINNONT, Catharine. Igualdade substantiva: uma perspectiva. Minnesota Law Review, v. 96, 2011.

OLIVEIRA, K. H. DE. Intensos encontros: Michel Foucault, Judith Butler, Paul B. Preciado e a teoria queer. Revista Estudos Feministas, v. 29, 30 abr. 2021.

PARUCKER, I. G. “Vivíamos nas lacunas entre as histórias”: ficção, história e experiência feminina em *the handmaid’s tale*, de Margaret Atwood. Dissertação (mestrado)—Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da Antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos*, ano 1, n.1. Porto Alegre, 1995.

ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise. A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROTHENBURG, Walter Claudius. A igualdade é uma só: crítica à distinção entre igualdade formal e igualdade material. In: ANJOS Filho, Robério Nunes

dos (Org.). *Direitos humanos e direitos fundamentais: diálogos contemporâneos*. Salvador: Juspudivm, 2013, p. 658-672.

SOUZA, L. S. DE. Sobre o feminismo decolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, 18 jan. 2021.